

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 192
07/11/08 a 13/11/08**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (coordenação).
Mestrandos em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP: André Cavaller Guzzi (bolsista FAPESP), Flávio Augusto Lira Nascimento (bolsista CAPES), Leonardo Ulian Dall Evedove (bolsista CAPES) e Renata Avelar Giannini (bolsista CAPES).
Graduandos em Relações internacionais pela UNESP de Franca: Adriana Suzart de Pádua (bolsista CNPq), Caroline de Santana Harfuch, Felipe dos Santos, Felipe Cordeiro de Almeida, Juliana Alves da Costa, Juliana Yumi Aoki, Tiago Pedro Vales e Victor Hugo de Souza Gonçalves (PIBIC).

Brasil poderá levar a União Européia à OMC

O Brasil e sete outros países emergentes farão uma queixa oficial contra a União Européia (UE) devido às exigências ambientais que o bloco pretende implementar para a exportação do etanol e ameaçam levar o caso aos tribunais da Organização Mundial do Comércio (OMC). O grupo alega que as barreiras que estão sendo preparadas na UE são injustas e congelariam a expansão da produção do biocombustível na América do Sul e na África. Segundo o Itamaraty, a nova lei impediria a ampliação das áreas de cultivo de cana. O bloco europeu debate há um ano a criação de um selo ambiental para garantir que o etanol que entrar em seu mercado seja ecologicamente correto. Os critérios são que o biocombustível contribua para a redução de emissões de CO₂ e não destrua áreas de florestas. O Itamaraty alega que parte da proposta é justificável, mas se nega a aceitar a proposta de que as áreas de produção sejam limitadas. Para os países emergentes, os argumentos ambientais são apenas justificativas para manter os mercados fechados. O chanceler brasileiro Celso Amorim já deixou claro que não exclui levar o caso à OMC (O Estado de S. Paulo – Vida & – 07/11/2008).

Brasileiro eleito para Corte de Justiça em Haia

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, comemorou a eleição do brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade para o cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ), com mandato de nove anos, a partir de 2009. Cançado Trindade teve o apoio de 163 membros da Assembleia Geral das Nações Unidas e de 14 membros do Conselho de Segurança da ONU. Trindade já atuou como presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e assume suas funções em Haia em 6 de fevereiro (O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/11/2008; O Estado de S. Paulo – Internacional – 08/11/2008; O Globo – O País – 07/11/2008).

Brasil sediou reunião do G-20

Atual presidente do G-20 (grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo), o Brasil foi o anfitrião da reunião ministerial do grupo, ocorrida em São Paulo. O G-20 iniciou diálogo sobre a atual crise do sistema financeiro mundial e as possíveis soluções para a mesma. O Brasil e outros emergentes defenderam uma maior participação das economias em desenvolvimento nas decisões do sistema financeiro, hoje fortemente influenciadas pelo G-8 (grupo das sete economias mais desenvolvidas do mundo mais a Rússia). Uma solução proposta foi a elevação do G-20 ao nível de fórum político, idéia rejeitada por grande parte dos países desenvolvidos. Outra bandeira levantada pelo Brasil foi a de um novo modelo para instituições como o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), proposta endossada por inúmeros países da União Européia (UE). Essas instituições foram fortemente criticadas pelo ministro brasileiro da Fazenda, Guido Mantega, que apontou a necessidade de maior participação decisória efetiva dos países emergentes nestes órgãos. Em resposta a críticas de ministros da UE, o ministro Mantega declarou que o Brasil está disposto a pagar por uma maior participação, desde que tais órgãos respondam com igual possibilidade representativa. O país defendeu ainda maior regulamentação do mercado financeiro com o intuito de evitar futuras crises, proposta pouco aceita pelos Estados Unidos. O comunicado final do G-20 enfatizou a necessidade de cooperação, o papel do FMI, do Banco Mundial e maior participação dos emergentes nestas organizações. O encontro foi uma preparação para a reunião de chefes de Estado dos países do G-20, a ocorrer em 15 de novembro (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 08/11/2008; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 09/11/2008; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/11/2008; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/11/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 08/11/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 09/11/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/11/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/11/2008; O Globo – Economia – 08/11/2008; O Globo – Economia – 09/11/2008; O Globo – Economia – 10/11/2008; O Globo – Economia – 11/11/2008).



Lula demonstra desejo de maior participação em instituições financeiras

Em discurso proferido no dia 10 de novembro diante do presidente da Itália, Giorgio Napolitano, no Palácio Quirinale, em Roma, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, disse esperar que a reunião em Washington, no próximo fim de semana, seja o marco de uma nova correlação de forças no sistema financeiro internacional. Para tanto, Lula reiterou a necessidade de maior intervenção política mundial para vencer a crise financeira, com a consolidação de regras mais transparentes e livres de especulação. De acordo com o Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, urge a concretização de reformas no sistema financeiro multilateral. O assessor confirmou que uma das propostas do Brasil na cúpula será conferir maior participação e poder decisório aos países emergentes em instituições multilaterais como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), iniciando uma mudança no equilíbrio de poder dessas instituições. Garcia afirmou que estão confirmados os encontros de Lula nos EUA com os presidentes do México, Felipe Calderón, da Argentina, Cristina Kirchner, e também com os demais líderes do grupo Bric: Rússia, China e Índia. Durante encontro com o primeiro-ministro da Itália, Silvio Berlusconi, sindicalistas e empresários, Lula reiterou que uma das principais reivindicações do Brasil em Washington será não apenas a ampliação dos fóruns de discussão e governança globais, mas sua reformulação. Segundo o presidente, é preciso um novo sistema financeiro, um novo modelo econômico e novas instituições multilaterais. O presidente brasileiro enfatizou, ainda, a necessidade de o encontro transmitir uma mensagem política forte para espantar o pânico que ronda a economia mundial. Os dois chefes de Estado assinaram seis acordos bilaterais de cooperação nas áreas de defesa, saúde, comércio e pesquisa espacial (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/11/2008; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/11/2008; O Estado de S. Paulo – Internacional – 12/11/2008; Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/11/2008; O Globo – Economia – 12/11/2008; O Globo – Economia – 13/11/2008).

Obama e Lula conversam por telefone

O presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, retornou a ligação de felicitações de seu homólogo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. Durante a conversa, Obama elogiou o programa de biocombustíveis do Brasil e manifestou desejo de maior cooperação nessa área. Lula defendeu o fortalecimento do diálogo bilateral, principalmente em três áreas: América Latina, comércio internacional e Organização das Nações Unidas (ONU). No caso da ONU, o que mais interessa ao Brasil é obter uma vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas; o presidente brasileiro considerou a conversa com Obama muito boa. O líder brasileiro convidou o presidente eleito a visitar o país (Folha de S. Paulo –

Mundo – 12/11/2008; O Estado de S. Paulo – Internacional – 12/11/2008; O Globo – Economia – 12/11/2008).

Brasil e Vaticano assinam acordo

O Brasil assinou um acordo com o Vaticano que dá formato jurídico às relações do país com a Santa Sé. A cerimônia de assinatura ocorreu após um encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o papa Bento XVI no Vaticano. O Itamaraty procurou afastar os rumores de que o documento concederia ao Vaticano status privilegiado no país em comparação com outras religiões, o que contrariaria a separação entre Estado e Igreja. A embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, que negociou o acordo, afastou qualquer temor de um acordo oculto em benefício do Vaticano e reiterou que se trata de um acordo administrativo (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/11/2008; O Estado de S. Paulo – Vida &– 13/11/2008; O Globo – O País – 13/11/2008).

Brasil e Bolívia lançam ação antidrogas

Em visita oficial ao Brasil, o ministro do Interior boliviano, Alfredo Rada, encontrou-se com o ministro da Justiça, Tarso Genro, com quem deverá firmar um convênio bilateral de combate ao tráfico de entorpecentes. A proposta da Bolívia é de regionalizar a política antidrogas e, para tanto, procura, neste momento, o apoio de países vizinhos latino-americanos à decisão de implementar um controle mais brando à produção doméstica de coca. O Brasil tentará competir com os Estados Unidos pela liderança no combate à produção de cocaína na América do Sul, adotando uma abordagem criticada por Washington e pela ONU: a que tolera o plantio de coca que, em tese, é destinado ao consumo tradicional nos Andes (O Estado de S. Paulo – Internacional – 12/11/2008; Folha de S. Paulo – Mundo – 13/11/2008).